

Dissenso de Washington

Onze anos depois de codificado pelo economista John Williamson, o "Consenso de Washington" é dado como fracassado e surge em seu lugar o "Dissenso de Washington".

Trata-se de um trabalho recém-concluído por uma comissão de três especialistas reunida por duas das principais instituições de pesquisa dos Estados Unidos, o CEIP (iniciais em inglês para Fundo Carnegie para a Paz Mundial) e o IAD (Diálogo Interamericano).

A principal responsável pelo trabalho é Nancy Birdsall, que foi vice-presidente-executiva do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e agora é diretora do Projeto Carnegie de Reforma Econômica. Especialista em pobreza na América Latina, de seus tempos no BID, Nancy trouxe para o centro das propostas, batizadas de "10+1", a necessidade de buscar a equidade, ou seja, combater a pobreza e a injusta distribuição de renda na América Latina, o subcontinente de maior desigualdade no planeta.

Estudo traz 10 ferramentas e 1 conselho aos ricos

O "Dissenso" propõe dez ferramentas que podem ser adotadas pelos governos nacionais e uma que depende dos países ricos. Esta última é a redução do protecionismo comercial dos países desenvolvidos, uma reivindicação permanente das nações em desenvolvimento, mas que não foi ouvida até agora.

"Na América Latina, maior acesso aos mercados dos países ricos é essencial para o crescimento com redução da pobreza. A assistência dos governos doadores não substitui possíveis benefícios de mercados abertos na Europa e na América do Norte", afirma o texto.

Além de Nancy Birdsall, o trabalho foi preparado também por Augusto de la Torre, assessor para América Latina e Caribe do Banco Mundial e ex-presidente do Banco Central do Equador, e por Rachel Menezes, pesquisadora do Diálogo Interamericano.

A comissão criada para promover a reforma nos moldes do estudo inclui funcionários do FMI, a economista brasileira Eliana Cardoso, o hoje primeiro-ministro do Peru no governo Alejandro Toledo, Roberto Daniño, o senador chileno Alejandro Foxley e o ex-presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada, entre outros.

Veja abaixo as ferramentas:

1 - Disciplina fiscal regulamentada.

Neste ponto, o texto segue a mais pura ortodoxia. Afirma que "a indisciplina fiscal -aquela pela qual os governos continuamente gastam mais do que arrecadam e mais do que podem financiar de maneira sustentável - tem altos custos para os pobres e para as classes médias emergentes".

Qualifica "disciplina fiscal" como "manter baixo o déficit em tempos de bonança" (não mais de 2% do PIB, o Produto Interno Bruto, a soma da produção de bens e serviços de um país).

Para comparação: o Brasil teve, nos 12 meses encerrados em junho, um déficit global de 5,37% do PIB.

2 - Equilibrar expansões e contrações do mercado.

A proposta visa, acima de tudo, evitar "a excessiva instabilidade financeira e econômica, causada pelas oscilações no fluxo de capitais externos e internos, por flutuações extremas nos preços das matérias primas e pela variação repentina do gasto público".

Em outras palavras, dar maior previsibilidade ao ciclo econômico, que, na América Latina, tem oscilado entre crescimento forte e queda igualmente forte. O Brasil, por exemplo, cresceu 4,4% no ano passado, mas, este ano, tende a ter crescimento pífio.

O pressuposto, neste capítulo, é o de que 'os pobres se beneficiam menos durante os processos expansivos, que é quando mais ganham os que possuem mais ativos reais e financeiros, e são os primeiros a perder os postos de trabalho quando ocorre uma recessão.

3 - Redes automáticas de proteção social.

Diz o documento que "um sistema moderno proporciona uma base de renda para os lares da classe trabalhadora e classe média, tanto quanto para os pobres. Durante as contrações (econômicas), devem ser de aplicação automática o gasto para emprego público de emergência e os subsídios para que as famílias possam assegurar a escolaridade das crianças".

O texto cita, como exemplos bem sucedidos, o programa "México Progride", criado em 1997 e que fornece subsídios escolares, suplementos nutricionais e aportes em dinheiro para a alimentação de quase 3 milhões de famílias, ou 30% do total de pobres.

Cita também o Bolsa-Escola, criado pelo governo petista do Distrito Federal, entre 1995 e 1998, que garantia salário-mínimo às famílias que mantivessem seus filhos entre 7 e 14 anos na escola.

4 - Escolas também para os pobres.

A ênfase na educação, como fator de redução da miséria e da desigualdade, é apontada como uma das duas recomendações que seriam consensuais (a outra é o combate à corrupção).

Diz o texto que "as reformas mais necessárias incluem maior autonomia para as escolas, menores subsídios para os que estão em condições de custear estudos superiores, e maior gasto público para programas pré-escolares".

Acrescenta que a política educacional deve também incluir a Internet, "mediante subsídios públicos, para assegurar que cada escola e cada comunidade se beneficiem deste revolucionário método para aceder ao conhecimento".

O BID chegou a calcular que o aumento de um ano na escolaridade da força de trabalho faria com que o crescimento econômico aumentasse um ponto percentual por ano, assim como se reduziria a desigualdade na renda.

5 - Tributar mais os ricos e gastar mais com os outros.

Trata-se, como é óbvio, de defender um sistema tributário menos regressivo. Diz o texto que "a região depende, em grande medida, dos impostos ao consumo, que são regressivos". Propõe, por exemplo, "fechar as brechas legais e reduzir a evasão de impostos sobre a renda, o que faria aumentar a arrecadação sem aumentar a carga impositiva sobre os lares da classe trabalhadora e da classe média".

Diz o documento que a média de arrecadação na América Latina é de 18% do PIB contra entre 30 e 50% nos países avançados, mas lembra que o Brasil é a exceção, ao arrecadar 30% do PIB.

A proposta inclui um ponto altamente polêmico e inaceitável para o sistema financeiro, que é o de "estabelecer mecanismos para tributar as rendas provenientes de ativos no exterior".

6 - Dar oportunidade para a pequena empresa.

Justifica o texto: "A onerosa burocracia e a debilidade dos sistemas financeiros e judiciais interferem com as iniciativas de expansão dos pequenos empresários talentosos".

E propõe: "Exigências maiores no cumprimento de acordos creditícios, maior respeito pelos direitos de acionistas minoritários, supressão de créditos de favor outorgados pelos bancos estatais, e acesso à informação e serviços profissionais fomentariam a criação de empregos e de mais empresas pequenas".

O pressuposto do apoio à pequena empresa é óbvio: trata-se da maior fonte de emprego na região (criam "70% ou mais dos novos empregos na maior parte dos países").

7 - Reforçar os direitos dos trabalhadores.

Diz o trabalho que "os pobres padecem o custo de um regime trabalhista que dá pouca proteção ao trabalhador e tem excesso de regulamentação".

Completa: "A América Latina precisa proteger mais ativamente o trabalhador, em relação a seus direitos de associação e convênios coletivos, organizações sindicais mais independentes e democráticas, e mais proteção social para substituir a excessiva rigidez das regulamentações que freiam a mobilidade laboral e o crescimento".

O item relativo ao trabalho tem propostas para o gosto da esquerda ("participação mais ativa do Estado, para proteger convênios coletivos") e para a direita ("as leis deveriam permitir contratos de trabalho por hora, de tempo parcial e por temporada", claro que com as devidas garantias de proteção social proporcional).

8 - Abordar abertamente a discriminação.

"Um ataque decidido contra a pobreza e a desigualdade deve incluir um ataque frontal contra a discriminação", diz o texto.

Cobra da liderança política "derrubar as barreiras sociais e políticas que prejudicam os negros e os membros dos grupos indígenas, e, em alguns casos, as mulheres".

As minorias discriminadas são importantes numericamente na região: o texto fala em 40 milhões de indígenas (8% da população) e em 150 milhões de negros (29% da população, sendo que, no Brasil, a proporção chega a 45%).

Só o Brasil, aliás, tem dados para demonstrar que a desigualdade se dá em bases étnicas. O analfabetismo entre os negros duplica o dos brancos, e as habitações com serviço de esgoto, entre os brancos, são 74% contra apenas 50% entre os negros.

9 - Sanear o mercado de terras rurais.

Propõe "uma nova geração de programas de reforma agrária", capaz de "dar por fim oportunidades justas aos camponeses pobres".

Completa: "O novo enfoque enfatiza o crédito e a participação comunitária, e depende menos da centralização burocrática".

O documento enfatiza um ponto que é constantemente apontado por movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) do Brasil: "A América Latina tem a maior desigualdade na posse da terra em comparação com qualquer outra região".

Acrescenta que, "em vários países, a desigualdade da propriedade rural está associada ao baixo crescimento e à persistente pobreza rural".

O trabalho diz que o fato de que apenas 8% do PIB latino-americano tenham origem na agricultura não torna menos importante o capítulo, porque "quase 20% da mão de obra depende da agricultura e mais de 60% dos pobres da região vivem em áreas rurais".

10 - Serviços públicos ao serviço dos consumidores.

O documento diz que "a insuficiência da infra-estrutura, da saúde pública e dos serviços regulatórios, como, por exemplo, a proteção do consumidor, foram prejudiciais para os pobres e os quase-pobres".

Acrescenta: "O que se poderia denominar de serviços regulatórios para o setor não-financeiro (controle da contaminação, da saúde pública e dos alimentos e a proteção do consumidor) nunca se consolidou na região, nem durante períodos de controle militar nem em tempos de democracia, quando a austeridade fiscal limitou qualquer incursão do Estado em novas atividades ou em outras, mais extensas".

Critica também o fato de que as privatizações de serviços públicos, uma das principais características do "Consenso de Washington", não foram aproveitadas como "modo de fazer chegar ao público em geral o benefício das vendas".

Resumo extraído de artigo de Clovis Rossi – Folha de S Paulo, 26/08/2001)- Texto completo www.ceip.org/files/Publications/WashingtonContentious.asp?p=3&from=pubdate

A nova agenda de desenvolvimento da Cepal

Num bem argumentado e denso artigo (**Retomar la agenda del desarrollo**, acessível no site da Cepal <http://www.eclac.cl>), o secretário-executivo da Cepal, José Antonio Ocampo, retoma e atualiza alguns conceitos e temas centrais do pensamento cepalino, ao mesmo tempo em que se posiciona diante dos desafios da globalização.

A tônica do texto é a busca de um novo equilíbrio entre o mercado e o interesse público, mediante a construção e reconstrução das instituições e a formulação de políticas públicas capazes de corrigir tantos as falhas do mercado como as do governo, minorando os agudos conflitos distributivos. O autor entende por esfera "pública" o ponto de encontro dos interesses coletivos, mais do que um sinônimo das atividades do Estado.

Entre as assimetrias acentuadas pela globalização, a mais importante, segundo Ocampo, é a que existe entre a rápida globalização de alguns mercados e a ausência de uma agenda social internacional apropriada.

Enquanto as verbas destinadas à assistência oficial ao desenvolvimento se reduzem cada vez mais, o acesso aos fundos internacionais só se faz mediante condicionalidade crescente. Além de que as estruturas internacionais existentes não conseguem assegurar uma oferta adequada de bens públicos globais.

Parte do problema reside na falta de cooperação entre os países em desenvolvimento (o assim chamado grupo dos 77). Em vez de empreenderem ações conjuntas, competem entre si para atrair investimentos estrangeiros.

A debilidade do sistema internacional obriga os países em desenvolvimento a insistir sobre a autonomia nacional num assunto tão vital como a definição da estratégia de desenvolvimento econômico e social. Ocampo insiste, com razão, sobre o caráter essencialmente endógeno do desenvolvimento institucional, da coesão social e da acumulação do capital humano e de conhecimentos. Vale dizer que o desenvolvimento só pode acontecer, como diz Osvaldo Sunkel, "de dentro para fora". Por isso, conclui o nosso autor, "o apoio a estes processos endógenos, o respeito da diversidade e a formulação de normas que permitam o seu florescimento são elementos essenciais de uma ordem mundial democrática orientada para o desenvolvimento".

A ordem internacional deve, ao mesmo tempo, abrir um amplo espaço à atuação de redes de instituições regionais fortes. O secretário da Cepal advoga, por conseguinte, um sistema de "regionalismo aberto".

Ao discutir as condições de um retorno ao crescimento rápido, o autor aponta para a insuficiência de políticas macroeconômicas na ausência, por um lado, de estratégias de desenvolvimento produtivo de corte estruturalista, e, por outro lado, de políticas meso-econômicas de regulação pública dos mercados. **A experiência histórica não deixa**

dúvidas: os casos bem-sucedidos de desenvolvimento foram aqueles onde ocorreu um forte processo de industrialização, baseado na colaboração entre o Estado e o setor privado. A abertura dos mercados não elimina a necessidade de políticas ativas de desenvolvimento produtivo destinadas a promover as inovações, a organizar os encadeamentos e a construir as complementaridades, incorporando ainda os preceitos de desenvolvimento sustentável.

Em última instância, o objetivo central do desenvolvimento é a redução da heterogeneidade social. As políticas sociais, decerto indispensáveis, não lograrão o resultado almejado sem uma boa macroeconomia e sem as já mencionadas estratégias ativas de desenvolvimento produtivo. A heterogeneidade social do continente latino-americano agravou-se nos anos 90. Criaram-se empresas de classe mundial, na maioria das vezes filiais das multinacionais, preparadas para o desafio da globalização. Mas, ao mesmo tempo, aumentaram sobremodo as atividades de baixa produtividade, respondendo por 70% de todos os empregos gerados.

Sem os encadeamentos apropriados e da democratização do acesso aos ativos produtivos, a inovação tecnológica pontual nos setores dinâmicos produz uma modernização parcial da economia, mas não promove o seu desenvolvimento generalizado e equitativo. Daí se infere a fundamental importância das políticas de desenvolvimento rural, de formalização das microempresas e de inclusão gradual no sistema de previdência social dos trabalhadores por conta própria e dos empregados dos pequenos empreendimentos. A sua implementação esbarra na inexistência de instituições encarregadas da formulação de políticas integradas de desenvolvimento social e econômico, capazes de congregiar todos os atores, incluindo os setores pobres da sociedade e de articular as políticas macro e mesoeconômicas com vistas à dinamização do universo dos pequenos produtores.

O atual pensamento cepalino situa-se na corrente que, de Karl Polanyi a Amartya Sen, postula a subordinação do sistema econômico aos objetivos sociais, em oposição frontal ao economicismo ainda largamente difundido. O oportuno artigo de José Antônio Ocampo convida a um confronto de idéias sobre temas fundamentais neste momento de mais uma crise. Oxalá este debate aconteça.

* **Ignacy Sachs** é professor honorário da Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris e co-diretor de seu Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo. (*Opinião/Estado de São Paulo*, 20/08/2001).